

Apresentação da professora **Patricia Birman** em sua indicação à “Medalha Roquette-Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira”, na edição de 2024.

Sinto-me, ao mesmo tempo, honrada e emocionada por apresentar a indicação de Patricia Birman à Medalha Roquette-Pinto. Patrícia e eu nos conhecemos na *Reunião Brasileira de Antropologia* de 1996, em Salvador. Desde então, entre afinidades marcantes e conversas infindáveis sobre a antropologia que fazemos, a interlocução em torno do nosso trabalho estendeu-se para além da convivência acadêmica e profissional e nos fez amigas.

Professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, desde 1986 e professora titular nesta universidade desde 2000, Patricia Birman construiu uma trajetória acadêmica inquieta, feita não apenas do trânsito entre espaços acadêmicos nacionais e internacionais, mas de uma circulação desassossegada entre campos de investigação diversos. Um caminho, portanto, avesso a delimitações.

Identificada com o campo dos estudos das religiões, desde seus estudos sobre os cultos afro-brasileiros, no mestrado e doutorado, Patrícia trouxe à antropologia brasileira um modo próprio de tratar etnograficamente o fenômeno religioso, explorando, sob distintos ângulos, suas fronteiras imprecisas, tanto por seus cruzamentos com a magia, quanto por suas relações com o secular, perspectiva da qual derivou todo seu percurso de pesquisa.

Se a articulação do religioso com o secular é constitutiva na configuração da contemporaneidade, a religião no espaço público e as particularidades do pentecostalismo no Brasil, como focos do interesse da pesquisadora, foram delineando cada vez mais claramente uma antropologia política como marca de suas pesquisas, situando o fenômeno religioso em campos de forças específicos. Nesse sentido, vejo seu trabalho atual, em torno do governo dos pobres nas cidades, como desdobramentos dessa trajetória anterior, contínuo em relação à sua abordagem da religião para além dela mesma, sempre atenta ao ponto de vista e às práticas entrecruzadas de seus interlocutores, na concretude de suas vidas.

Nos entrelaçamentos entre práticas religiosas e seculares, que caracterizam a sociedade brasileira e marcam, em particular, o mundo dos pobres, aparecem em suas pesquisas os modos como se armam e sustentam dispositivos de poder, se instituem conflitos e violências e opera a produção das desigualdades com as quais convivemos cotidianamente - de classe, gênero, raça, entre tantas outras; e transparecem, ao mesmo

tempo, as formas de combate à guerra sem fim em que se vive nas chamadas periferias urbanas. Para essas questões, que transcendem o campo de estudos das religiões, sem o excluir, voltou-se mais recentemente o olhar de Patricia. Em seu compromisso político, a necessidade de compreender etnograficamente torna-se ferramenta para atuar sobre os mecanismos de perpetuação e recriação das diversas formas da desigualdade e da violência que atravessam o cotidiano das cidades brasileiras. A partir da cidade do Rio de Janeiro, seus trabalhos recentes dirigem a atenção para os modos e agentes da produção de “territorialidades periféricas”, entendidas como transversais - e não marginais - aos espaços urbanos.

Resultado desse itinerário singular de pesquisa, sua produção científica é extensa, tanto numericamente quanto pela diversidade de problemas abordados, sendo divulgada nacional e internacionalmente em livros e capítulos de livros e em renomadas revistas de ampla circulação. Embora seja difícil apontar destaques em um trabalho relevante em seu conjunto, ressalto o livro que resultou de sua tese de doutorado, publicado em 1995, *Fazer estilo, criando gêneros. Possessão e diferenças de gênero em terreiros de Umbanda e Candomblé no Rio de Janeiro*, pela editora Relume Dumará, por trazer, de forma inovadora à época, a discussão de gênero para o estudo das religiões afro-brasileiras; e, expressando seu enfoque que situa a compreensão das manifestações do fenômeno religioso em relações que o transcendem, destaco dois artigos: “Males e malefícios no discurso pentecostal”, publicado em 1997 na coletânea editada em colaboração com Regina Novaes e Samira Crespo, *O mal à brasileira* (EdUERJ) e, mais recentemente, “Narrativas seculares e religiosas sobre a violência: as fronteiras do humano no governo dos pobres”, publicado em 2019 pela revista *Sociologia & Antropologia*.

Os trânsitos de Patricia começaram cedo. Nos tempos sombrios da ditadura, engajada nas lutas de oposição, graduou-se em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976), formando-se em Antropologia na pós-graduação. Concluiu o mestrado no Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1980, orientada por Luís de Castro Faria, com a dissertação “Feitiço, carrego e olho grande: os males do Brasil são”. O doutorado, cuja publicação já foi referida, desenvolvido também no MN, foi orientado por Peter Fry e concluído em 1988.

A partir da realização de um pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris, entre 1995 e 1996, Patricia fez circular a antropologia brasileira por meio de um intercâmbio de ensino e pesquisa, sobretudo com a França, que permaneceu em toda sua trajetória; voltou à *École* em novo pós-doutorado, em 2009 e foi

professora-visitante em diferentes ocasiões, em 1998-2000 e 2013; na Universidade Paris Diderot (Paris VII), exerceu a mesma função em 2008. Vinculou-se como pesquisadora associada, desde 2001, ao *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD); e, desde 2004, ao *Groupe de Sociologie des Religions et de La Laïcité* (GSRL). Em 1997, incluiu em seu itinerário uma passagem pela Inglaterra, como professora visitante no *Center of Latin American Studies* da Universidade de Cambridge.

Na UERJ, Patrícia reuniu uma vasta e intensa experiência de pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação em antropologia e ciências sociais, formando uma significativa geração de pesquisadores/as nesses campos do conhecimento; foi chefe de departamento (1990 e 1992) e coordenadora, em 1996-1997, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) desta universidade, que havia sido criado, em nível de mestrado, em 1994. Era um momento de expansão, mas ainda de institucionalização frágil dos programas de pós-graduação e das revistas científicas no país, no qual atuações qualificadas, como a de Patrícia, foram decisivas. Nesse sentido, chamo a atenção, ainda, para seu papel na consolidação da prestigiada revista internacional, *Religião e Sociedade*, por sua participação na coordenação editorial coletiva da revista entre 2005 e 2017 e por sua parceria duradoura com o ISER (Instituto de Estudos da Religião), que edita a revista.

No plano nacional, Patrícia, que é, de longa data, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, foi membro de importantes comissões avaliadoras, salientando-se seu trabalho na Coordenação da Área de Ciências Sociais da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), de 2009 a 2012, e na Comissão de Assessoramento do CNPq, como representante da área de antropologia, de 2015 a 2018.

Em uma conjuntura particularmente complexa e difícil, em 2021 e 2022, quando, em nosso país, aos efeitos devastadores da pandemia da Covid-19 se somava o fardo de um governo insano que incitava permanentemente a violência e a morte, Patrícia, junto com a equipe que a acompanhou, enfrentou o desafio de ser presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Sua gestão expressou a preocupação política com a antropologia como campo do conhecimento à qual me referi anteriormente. Tratava-se de afirmar então, em nome de uma associação científica nacional, o compromisso da produção do conhecimento com a realidade política e social na qual ele é produzido, em um país que enfrentava, naquela conjuntura, a violação dos mais básicos direitos à vida,

ainda que a enfrente de modo estrutural. Patrícia não se eximiu, em momento algum, da responsabilidade de atuar criticamente em relação a esse estado de coisas.

Sua atuação institucional à frente da ABA e, como pesquisadora, a argúcia em sua análise e seu compromisso ético e político com o conhecimento que produz traduzem sua inestimável contribuição à antropologia, não só no Brasil, mas onde quer que seu trabalho circule.

Cynthia Andersen Sarti

São Paulo, junho de 2024